

**“Ninguém larga a mão de ninguém”, “um novo tempo, apesar dos perigos”,  
“vai passar”, vem aí o “bom tempo” e “vamos renascer das cinzas”**

*No novo tempo, apesar dos castigos  
Estamos crescidos, estamos atentos, estamos mais vivos  
Pra nos socorrer, pra nos socorrer, pra nos socorrer*

*No novo tempo, apesar dos perigos  
Da força mais bruta, da noite que assusta, estamos na luta  
Pra sobreviver, pra sobreviver, pra sobreviver*

*Pra que nossa esperança seja mais que a vingança  
Seja sempre um caminho que se deixa de herança*

*No novo tempo, apesar dos castigos  
De toda fadiga, de toda injustiça, estamos na briga  
Pra nos socorrer, pra nos socorrer, pra nos socorrer*

*No novo tempo, apesar dos perigos  
De todos os pecados, de todos enganos, estamos marcados  
Pra sobreviver, pra sobreviver, pra sobreviver*

*Pra que nossa esperança seja mais que a vingança  
Seja sempre um caminho que se deixa de herança*

*No novo tempo, apesar dos castigos  
Estamos em cena, estamos nas ruas, quebrando as algemas  
Pra nos socorrer, pra nos socorrer, pra nos socorrer*

*No novo tempo, apesar dos perigos  
A gente se encontra cantando na praça, fazendo pirraça  
Pra sobreviver, pra sobreviver, pra sobreviver.<sup>1</sup>*

**“Ninguém larga a mão de ninguém”, “um novo tempo, apesar dos castigos”, “vamos renascer das cinzas” e “vai passar”**

O título e a epígrafe do editorial anunciam um novo tempo, apesar dos castigos, apesar dos perigos da “força mais bruta, da noite que assusta”, anunciam a esperança ativa que vem de madrugada, sorrateira. Apesar de tanta iniquidade ditatorial e incivilidade, estamos mais do que nunca

<sup>1</sup> Música *Novo tempo*, de Ivan Lins.

na luta; é um novo tempo, apesar dos castigos e das torturas históricas e cotidianas. Estamos na luta, mesmo com toda a fadiga cotidiana, cheios de indignação contra todas as formas de injustiça e as barbáries de classe, raça/etnia, gênero, geração e outras. Estamos com esperança, mais cheios de amor e compromisso ético-político com as demandas e necessidades de nosso povo, do que com a vingança, o ódio fascista, golpista e ditatorial. Nesse novo tempo, “tudo haverá de passar”.

Vai passar  
Nessa avenida um samba popular  
Cada paralelepípedo  
Da velha cidade  
Essa noite vai  
Se arrepiar  
Ao lembrar  
Que aqui passaram sambas imortais  
Que aqui sangraram pelos nossos pés  
Que aqui sambaram nossos ancestrais  
Num tempo  
Página infeliz da nossa história  
Passagem desbotada na memória  
Das nossas novas gerações  
Dormia  
A nossa pátria mãe tão distraída  
Sem perceber que era subtraída  
Em tenebrosas transações<sup>2</sup>

Neste novo tempo, não há “nada a temer”, mas precisamos “não esquecer a luta”,<sup>3</sup> quebrar algemas, recuperar projetos de vida de relevância pública – tanto individuais quanto coletivos – e, nessa linha, recuperar e reestatizar instituições devastadas pelo espírito de porco privatista do atual desgoverno, E assim nós mesmos vamos nos socorrer com consciência e solidariedade de classe, com crítica e proposição, para podermos tecer a utopia cantando nas praças, becos e vielas desse enorme, ‘partido’ e polarizado país.

Nesse movimento de *Ciranda do mundo*,<sup>4</sup> “sem largar as mãos de ninguém”<sup>5</sup>, vamos construir um Brasil para além do capital. A expressão “ninguém larga a mão de ninguém” está metaforicamente contida nas análises hermenêutico-dialéticas e na semiótica crítica da capa, que pretende recuperar não apenas as ideias presentes em todos os nossos editoriais mas também a ideia de resistência ativa em tempos de aparente adormecimento dos nossos ímpetus lutadores. “Vamos precisar de todo mundo/pra banir o mundo a opressão”,<sup>6</sup> pra banir da sociedade brasileira Bolsonaro e seu gado ignorante, negacionista, cúmplice e igualmente genocida, que constrói as *fake news* criminosas. Essa gente insana ignora e negligência a pandemia de Covid 19, que já matou mais de 600 mil pessoas. Esse quadro dantesco pode ser pensado na esteira dos versos bradados pelo poeta cordelista: [...] os

---

<sup>2</sup> Trecho da música *Vai passar*, de Chico Buarque de Holanda.

<sup>3</sup> Trecho da música *Eu, caçador de mim*, de Milton Nascimento.

<sup>4</sup> Música de Edu Krieger.

<sup>5</sup> Nossa capa reforça esse posicionamento, através da fotografia da Coleção "Construção da Vida", de Maurício Roberto da Silva.

<sup>6</sup> Trecho da música *Sal da Terra*, de Beto Guedes.

empresários pedindo pra flexibilizar, eles só pensam em lucro, só pensam em faturar. Sem ver nossa pobreza, nesse instante a lamentar”.<sup>7</sup>

“Ninguém larga a mão de ninguém”, principalmente quando as desigualdades sociais, historicamente construídas desde o início do século XIX, chegam a patamares alarmantes, que se traduzem em miséria extrema, ou seja, em fome, desemprego, uberização/precarização do trabalho (subemprego), nichos de trabalho escravo e abandono de uma enorme massa de trabalhadores e trabalhadoras, que não têm moradia (populações de rua) ou vivem em moradias precárias (favelas, palafitas), especialmente as chamadas populações empobrecidas, que habitam sozinhas ou com suas famílias (crianças, jovens, velhos) as ruas das principais capitais do país.

A situação da classe trabalhadora no Brasil de Bolsonaro pode ser representada pela miséria extrema e pela fome, que voltou a assolar o país em boa parte da zona rural e das periferias das cidades brasileiras. Esse quadro nos remete às imagens dos livros *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, no qual Engels relata as condições insalubres dos trabalhadores nas fábricas inglesas, e *Sobre a questão da moradia*,<sup>8</sup> obra em que o autor problematiza a escassez de moradia na Inglaterra e em outras cidades da Europa no século XIX). Em ambos os trabalhos, Engels denuncia as exaustivas jornadas de trabalho de crianças (exploração do trabalho infantil) e mulheres (exploração do trabalho feminino), além da fome, da educação precária e das moradias insalubres. Nesse contexto histórico, homens, mulheres e crianças – sobretudo estas últimas – envelheciam precocemente e, a exemplo de hoje, sobreviviam em condições deploráveis, de miséria e superexploração, na mais completa degradação humana.<sup>9</sup>

Considerando que existem grandes mansões  
Enquanto os senhores nos deixam sem teto  
Nós decidimos: agora nelas nos instalaremos  
Porque em nossos buracos não temos mais condições de ficar.  
Considerando que os senhores nos ameaçam  
Com fuzis e canhões  
Nós decidimos, de agora em diante  
Temeremos mais a miséria do que a morte.<sup>10</sup>

Temos a “estranha mania de ter fé na vida”<sup>11</sup> e, por esse motivo, afirmamos incisiva e esperançosamente que tudo “vai passar”, mesmo que os dados afirmem o contrário (IBGE, Dieese, Unicef, OIT, entre outras instituições nacionais e internacionais). De acordo com o Dieese, as desigualdades sociais crescem no Brasil por culpa do governo Bolsonaro e suas escolhas conservadoras em termos de política econômica, claramente neoliberal. Ao invés de fortalecer ações de combate à pobreza e de redução da desigualdade social, o governo Bolsonaro, continuando a receita destrutiva de Temer, segue apostando no enfraquecimento do Estado, cujo modelo econômico, já há alguns anos, vem ampliando o ‘abismo social’ no país, num misto de crise cíclica e estrutural do capital, pela via da ultradireita nazifascista em nível mundial, com a crise provocada pelo projeto fascista e neoliberal tupiniquim.

Conforme refletimos no decorrer do texto, a destruição das políticas públicas e sociais, que se consolida lamentavelmente por meio de Emendas Constitucionais (EC) e de Projetos de Lei (PL), provoca apenas cortes e transfiguração, mas não a manutenção de projetos e programas já

<sup>7</sup> DÓRIA, Ronaldo. Covid 19 Vírus da Morte. *Literatura de Cordel*, Aracajú, n. 243, p. 3-13, 2020, p. 3.

<sup>8</sup> ENGELS, Friedrich. *Sobre a questão de moradia*. São Paulo: Boitempo, 2015.

<sup>9</sup> ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

<sup>10</sup> Trecho do poema *Resolução*, de Bertold Brecht.

<sup>11</sup> Trecho da música *Maria, Maria*, de Milton Nascimento.

consolidados, tampouco a criação de novos. A esse respeito, não há, objetivamente, a criação de postos de emprego e renda, nem projetos educativos efetivamente inclusivos, entre outros. Na prática, isso significa ‘desconstruir’ os direitos sociais adquiridos a partir da Constituição Federal de 1988. Um exemplo disso é a Proposta de Emenda à Constituição nº 32 (PEC), a chamada ‘Reforma’ Administrativa, que vai transformar o que resta desses direitos dos servidores em pura mercadoria, precarizações e, finalmente, incentivo à propriedade privada, por meio da atuação de Organizações Sociais (OS), de terceirizações e da ingerência do capital nacional e transnacional.<sup>12</sup>

\*\*\*

### ***As destruições no Brasil de Bolsonaro: nossas análises introdutórias de conjuntura e a indicação utópica de que, apesar de tudo, tudo “vai passar”***

Nos nossos editoriais, temos feito sempre tentativas de análise de conjuntura do tempo presente, embora de maneira oportuna e de caráter parcial, tomando como eixo a ideia do método de análise,<sup>13</sup> que deve descobrir as relações internas de elementos contraditórios entre si, por exemplo, as possíveis relações entre neoliberalismo e nazifascismo, Forças Armadas e governo Bolsonaro, neopentecostalismo e neoliberalismo, entre outros temas candentes da realidade da política atual.

Esse exercício tem se constituído num enorme desafio, considerando a multidimensionalidade da plêiade de problemas e das destruições forjadas em quase quatro anos de governo Bolsonaro. O desafio maior dos nossos editoriais tem sido abarcar a totalidade da problemática social, econômica, política e pedagógica. Esses problemas não são meros ‘temas’ dispersos, que surgem diuturnamente descolados das práticas sociais, políticas e pedagógicas. Portanto, é preciso reconhecer que o que está em jogo, desde sempre, mas especialmente em tempos de fascismo neoliberal, é a luta política contra o projeto de ultradireita que ameaça a construção da democracia anticapitalista no Brasil e em todo o mundo.

Para escrever nossos editoriais, temos que encarar o desafio diuturno de realizar análises de conjuntura sobre do governo Bolsonaro que extrapolem a escrita e a denúncia da realidade, que possam ser compreendidas a partir da máxima gramsciana de analisar com pessimismo e agir com otimismo, enfim, com o escopo de, simultaneamente, analisar e lutar.

Todo esse processo analítico, apesar de introdutório nos editoriais, deve levar em conta o enfrentamento das contradições inerentes à problemática maior e os problemas específicos da realidade social. Também deve identificar problemas e apresentar soluções para dificuldades e barreiras. Todo esse empenho de estudos e práticas políticas anticapitalistas (marxista) deve evitar, de acordo com Lefebvre, o “pessimismo definitivo” e o “otimismo fácil”.<sup>14</sup>

É uma tarefa árdua, devido à complexidade e ao hibridismo da prática política, cujas ideias e ações estão fundadas nos preceitos neoliberais e nazifascista, que nos mostram como “a boiada avança sem pedir licença”, não só no que tange ao desmonte da legislação ambiental mas também em praticamente todas as políticas e problemas de relevância pública e social. Tudo isso implica, conforme vimos anunciando nos últimos editoriais, nas seguintes destruições: do patrimônio público (privatizações generalizadas), da soberania nacional e das instituições públicas, do patrimônio ambiental (negacionismo climático da Amazônia e do Pantanal), da Ciência e Tecnologia (destruição

<sup>12</sup> GUIMARAES, José. Com Bolsonaro, o Brasil voltou ao mapa da fome. **Carta Capital**, [S. l.], 15 jul. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3sHVUkM>. Acesso em: 2 mar. 2022.

<sup>13</sup> LEFEBVRE, Henri. **O Marxismo**. Portugal: Círculo de Leitores, 1974, p. 34.

<sup>14</sup> *Ibidem*.

da Capes e do CNPq), da saúde (investidas contra o SUS, negacionismo científico da vacina contra a Covid-19), da educação (destruição em todos os níveis de ensino, sobretudo nas universidades), do trabalho e dos direitos dos trabalhadores (precarização, desemprego estrutural e uberização), da infância e da juventude empobrecida (incentivo à exploração do trabalho infantil: ‘deixa o moleque trabalhar’), além de cerceamento da liberdade de expressão, de perseguição aos movimentos sociais e sindicais, da destruição das terras indígenas e quilombolas, do incentivo e da omissão nos casos de violência e genocídio de mulheres, crianças e jovens negros das favelas do Brasil, dentre outras violências manifestas e ocultas. Essas são as contradições do chamado necrocapitalismo, pois “[...] o capital é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalistas”.<sup>15</sup>

É a partir da lógica do capital, em especial do necrocapitalismo, que milhões de seres humanos são atirados à morte, em favor da acumulação de capital e da garantia de superlucros para os grandes laboratórios farmacêuticos e os que lucram com serviços privados de saúde. Diante da crise política, econômica e sanitária pela qual passamos, milhões de pessoas são privados de trabalho, direitos e socorro emergencial, até mesmo os que mais precisam. Tudo isso para garantir os ganhos absurdos dos bancos e das empresas nacionais e multinacionais. Todo esse lucro é destinado à manutenção de um padrão de produção e consumo que só visa aumentar enormemente a fortuna das grandes corporações econômicas, embora essa ganância possa, cada vez mais, destruir o nosso país e o nosso planeta.

Além do exposto, a maior dificuldade, em termos de análise de conjuntura, é fazer do editorial um espaço de leitura macro e microsocial da realidade que possa contribuir para extrapolar as próprias análises e pesquisas específicas da área de Educação Física, Esportes e Lazer. Nesses termos, trata-se de encarar essa tarefa complexa e, muitas vezes, aparentemente ingloria e descontextualizada do fazer editorial. Com essa visão, nossos editoriais, de viés crítico anticapitalista, pretendem promover o processo formativo, científico, político, ético e estético de professores e professoras, pesquisadores e pesquisadoras, com vistas à superação da ideia fragmentária de ‘temas dispersos’, buscando compreender a análise de conjuntura como uma problemática maior, na qual se situam os problemas de relevância pública e pululam os problemas sociais, pedagógicos, políticos e econômicos, que, por sua vez, apresentam-se como problemas de pesquisa mais genéricos e ávidos por problematizações e seus pares dialéticos em termos de luta dos contrários (mais dialéticas), bem como de *links* com os problemas mais específicos de pesquisa da área.

Nessa linha de pensamento, problema e problemática não são a mesma coisa. A problemática, na realidade, é o quadro em cujo interior se situam problemas (de pesquisa) com nexos entre si, e não o próprio problema, como se este estivesse separado da totalidade da realidade ‘problemática’.<sup>16</sup> Nesse aspecto, o que se pode dizer é que a realidade é problemática e, por essa razão, suscita perguntas problemáticas, isto é, perguntas-problemas, originadas de problemas concretos, situados e ativos, e não pseudoconcretos, que os pesquisadores/pesquisadoras e analistas engendram quando imersos na problemáticas sociais, políticas, econômicas, pedagógicas, éticas, estéticas, entre outras.

Em linhas gerais, a análise de conjuntura não é tão somente parte da arte da política mas sobretudo um ato político, de formação política. Essa é a percepção da Motrivivência, que tenta fazer análises de conjuntura articuladas com o processo de produção e veiculação do conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais a partir de algumas categorias e leis do materialismo histórico-dialético.

<sup>15</sup> HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

<sup>16</sup> LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Ates Médicas Sul; Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 98.

A análise de conjuntura é uma tarefa complexa<sup>17</sup> e exige conhecimento não somente de macrossociologia e macroeconomia mas também de microssociologia e das questões específicas de uma dada área do conhecimento (Educação, Educação Física, por exemplo).

Para fazer análises de conjuntura, é preciso se apropriar de ferramentas próprias para tanto, lançando mão de algumas categorias fundamentais, tais como: ‘acontecimentos’, ‘cenários’, ‘atores’ (sujeitos), ‘relação de forças’, ‘articulação’, relação entre ‘estrutura’ e ‘conjuntura’, além de um profundo conhecimento da história e dos fundamentos da Sociologia Política. Além disso, a análise de conjuntura exige uma leitura ampliada e dialética de todos os possíveis elementos importantes e disponíveis de uma determinada situação ou episódio político, bem como de um tipo de capacidade de pesquisa crítica e permanente para perceber, pensar por contradição, compreender e descobrir sentidos e nexos, relações dialéticas e tendências a partir de dados quantitativos ou qualitativos (críticas às estatísticas oficiais e aos organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, ou simplesmente Nações Unidas – ONU, o Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância – Unicef, a Organização Internacional do Trabalho – OIT, etc.).

Quanto à relevância e ao papel da análise de conjuntura num projeto editorial e nos diversos espaços de produção de ciência, é mister destacar que entendemos análise de conjuntura como uma necessária leitura crítica e propositiva da realidade, que se faz sempre em razão das demandas sociais, políticas, econômicas, laborais, educacionais, ambientalistas, sanitárias, éticas e estéticas. Nessa linha de reflexão, para nós, não há análise de conjuntura com neutralidade axiológica e desinteressada, que se furte a apontar contradições e possibilidades de superação dos rumos dos acontecimentos e das práticas sociais, políticas e pedagógicas.

Isso posto, podemos dizer que fazer análises de conjuntura durante a gestão de Bolsonaro é tarefa que não se esgota nos editoriais das revistas científicas das diversas áreas; é uma tarefa crítica, ética, econômica, estética, política e, fundamentalmente, multidisciplinar, uma vez que traz à tona elementos de reflexão da Filosofia, da Sociologia, da Política, da História, da Pedagogia, enfim, das Ciências Humanas e Sociais. Nesse sentido, a dificuldade de fazer análises de conjuntura cotidianas durante esse governo fascista e neoliberal reside em dois fatores: 1) a simbiose entre nazifascismo e neoliberalismo, que o caracteriza; 2) a carga destrutiva do número de políticas públicas e sociais, bem como de PECs e PLs. Some-se a todo esse estresse o advento das *fake news*, cujo potencial destrutivo consiste em desviar os trabalhadores e as trabalhadoras para os problemas concretos da vida cotidiana. É por esses motivos que assistimos à destruição da Constituição Federal, que é rasgada todos os dias e torna a frágil e incipiente democracia brasileira (democracia liberal), com sua ‘cidadania de papel’, em processo autoritário de dependência aos ditames do governo fascista neoliberal. Com efeito, o poeta tem razão: o Brasil é “Um país onde as leis são descartáveis/Por ausência de códigos corretos/Com quarenta milhões de analfabetos/E maior multidão de miseráveis.”<sup>18</sup>

Se quisermos observar toda a carga destrutiva nas políticas públicas e sociais do governo Bolsonaro, devemos nos atentar às reformas que levou a cabo. Essas reformas destrutivas, oriundas da atual crise do capital e do conluio entre o nazifascismo, as igrejas neopentecostais, parte da mídia e as Forças Armadas, bem como de relações internacionais com países alinhados à extrema direita, trazem consigo a precarização generalizada em todos os pontos da agenda política, econômica e social, tais como: desemprego, aumento das populações de rua, fome, doenças, destruições de leis, projetos e instituições, imposição de pautas conservadoras aos costumes, enfim, o retorno às condições de miséria extrema.

<sup>17</sup> SOUZA, Herbert José (Betinho). **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

<sup>18</sup> Trecho da música *Meu país*, de Zé Ramalho.

São iniciativas que convergem para uma pauta diabólica, que, majoritariamente, se traduz em PECs e PLs, tanto na Câmara quanto no Senado. Portanto, temos que ficar atentos às ações prioritárias para o governo, que incluem privatizações e desmonte das políticas públicas e sociais nas áreas do trabalho, da ciência, da educação, da saúde, do meio ambiente, da demarcação de terras indígenas, da cultura, da segurança, dentre outras.<sup>19</sup>

Por exemplo, na Câmara, atualmente, tramitam 19 propostas, entre PECs, e PLs, a saber: PEC nº 45/2019 – Reforma Tributária: simplifica o sistema tributário nacional pela unificação de tributos sobre o consumo; PEC nº 32/2020 – Reforma Administrativa: altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública; PLP nº 19/2019 – Autonomia do Banco Central: define mandatos fixos de quatro anos para os diretores e regras para nomeação e demissão; PL nº 191/2020 – Mineração em terras indígenas: regulamenta a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas; PL nº 2.633/2020 – Regularização fundiária: estabelece critérios para a legalização de imóveis da União, incluindo assentamentos; PL nº 2.646/2020 – Debêntures: cria instrumento para financiar projetos de infraestrutura e de produção intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação; PL nº 3.780/2020 – Aumento de pena em caso de abuso de menores cometido por sacerdotes, profissionais de saúde e ensino ou pessoa de confiança da vítima; PL nº 3.877/2020 – Depósitos voluntários: autoriza o Banco Central (BC) a receber depósitos voluntários remunerados das instituições financeiras; PL nº 4.476/2020 (antigo PL nº 6.407/2013) – Lei do Gás: prevê autorização, em vez de concessão, para transporte de gás natural e estocagem em jazidas esgotadas; PL nº 5.518/2020 – Concessões florestais: confere maior celeridade ao processo licitatório, flexibilidade aos contratos e atratividade ao modelo de negócio; PL nº 2.401/2019 – *Homeschooling*: regulamenta a educação domiciliar no Brasil e exige formalização da escolha dos pais junto ao Ministério da Educação; PL nº 1.776/2015, que transforma pedofilia em crime hediondo; PL nº 5.387/2019 – Marco legal do mercado de câmbio: autoriza bancos a investir no exterior recursos captados no País e facilita o uso do real em transações internacionais; PL nº 5.877/2019 – Privatização da Eletrobrás: de forma que a União fique com menos de 50% das ações da empresa; PL nº 6.093/2019 – Documento único de transporte: obrigatório em todo o País, para caracterizar o transporte de mercadorias em qualquer modal; PL nº 6.125/2019 – Normas aplicáveis a militares em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO): prevê a chamada excludente de ilicitude; PL nº 6.438/2019 – Registro, posse e porte de arma de fogo para diversas categorias de servidores e agentes públicos; PL nº 6.726/2016 – Teto remuneratório: regulamenta o valor máximo da remuneração no serviço público, hoje em pouco mais de R\$ 39 mil; PL nº 3.515/2015 – Superendividamento: estabelece medidas para prevenir e solucionar problemas dos consumidores no mercado de crédito; e PL nº 3729/2004 – Licenciamento ambiental: confere padronização aos processos de licenciamento e estabelece ritos simplificados.<sup>20</sup>

No Senado, estão em tramitação mais 15 propostas, quais sejam: PEC nº 186/2019 – PEC Emergencial: prevê mecanismos para redução de gastos públicos, como salários de servidores, e veda novas despesas obrigatórias; PEC nº 187/2019 – PEC dos Fundos Públicos: libera recursos de 248 fundos públicos infraconstitucionais, a fim de abater a dívida pública; PEC nº 188/2019 – Pacto Federativo: descentraliza, desindexa e desvincula recursos orçamentários em favor dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; PLP nº 137/2020 – Uso de fundos públicos para combate da pandemia: libera cerca de R\$ 167 bilhões para ações de saúde e mitigação de efeitos econômicos; PLP nº 146/2019 – *Startups*: marco legal para incentivar as empresas que atuam na inovação aplicada a produtos, serviços ou modelos de negócio; PL nº 4.199/2020 – Cabotagem (ou BR do Mar): libera o uso de navios estrangeiros na costa sem a obrigação de construção de embarcações em estaleiros locais; PL nº 5.191/2020 – Fundo de investimento agrícola: amplia instrumentos de financiamento

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 2 mar. 2022.

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 2 mar. 2022.

privado e reduz a dependência em relação a recursos públicos; PL nº 3.178/2019 – Partilha do petróleo e gás natural: acaba com a preferência da Petrobras e permite a licitação no pré-sal, se esse regime for mais vantajoso; PL nº 3.723/2019 – Porte de armas: regulamenta as atividades de atiradores esportivos, caçadores e colecionadores; PL nº 7.843/2017 – Eficiência administrativa (GovTec): amplia os serviços públicos informatizados, com validação de documentos por meio de assinatura eletrônica; PL nº 1.023/2011 (antigo PLC nº 8/13) – Cobrança de pedágio: concede isenção de pagamento para morador de município onde está localizada a praça; PL nº 1.057/2007 (antigo PLC nº 119/2015) – Estatuto do Índio: prevê o combate a práticas tradicionais nocivas e estabelece proteção aos direitos fundamentais de crianças indígenas; PLS nº 261/2018 (sem numeração na Câmara) – Ferrovias: permite à iniciativa privada a construção e a operação de ferrovias próprias; PLS nº 216/2017 (sem numeração na Câmara) – Lei de Drogas: define como crime a corrupção de menores de 18 anos em caso de infração relacionada ao tráfico; e PLS nº 232/2016 (sem numeração na Câmara) – Modernização do setor elétrico: prevê mercado livre e possibilidade de portabilidade da conta de luz.<sup>21</sup> Some-se a todas esses projetos as propostas antidemocráticas como a PEC nº 39/2011, também chamada de Racismo Ambiental, que, na prática, extingue as ‘terras de marinha’ e dá oportunidade para a especulação e a exploração dos grandes capitais (individuais e grandes empresas), além de expulsar as populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas de suas terras originária.<sup>22</sup>

Do exposto podemos inferir que, na grande maioria, tais destruições são expressas nas reformas manipuladas pelo governo. Todas elas, conforme elucidamos no editorial da edição passada, são ações que colocaram em risco a soberania nacional, como a entrega do nosso patrimônio e de nossas riquezas de forma subserviente ao imperialismo norte-americano de Trump (Pré-sal, Base de Alcântara, entre outras) e privatizam setores estratégicos, a exemplo de aeroportos, portos, escolas, universidades, estradas e outras empresas e serviços importantes para a segurança nacional. Somem-se a toda essa dimensão de terra arrasada as ameaças verbais aos seus supostos inimigos na política, a defesa da tortura e a volta do AI-5, vociferada por Bolsonaro, por militares e pelo seu rebanho de gados e admiradores

\*\*\*

### *Mesmo com o nazifascismo neoliberal – “a gente vai levando” e “vai passar”*

Cães danados do fascismo  
Babam e arreganham os dentes  
Sai do ovo da serpente  
Para oprimir as gentes  
Nos manter no escravismo  
Pra nos empurrar no abismo  
E nos triturar com os dentes.<sup>23</sup>

Nesses últimos anos, “a gente vai levando”, como diz a canção homônima de Chico Buarque. Principalmente de 2018 até 2022, período em que Bolsonaro desgoverna o Brasil, cresce a onda nacionalista de nazifascismo no País, mancomunado com o neoliberalismo – seu irmão siamês –, que juntos produzem intolerância e ódio classista e racial, imposto pela máxima da supremacia racial

<sup>21</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 2 mar. 2022.

<sup>22</sup> ALVES-MELO, Patrícia. PEC que extingue terrenos de marinha expõe o racismo ambiental do Brasil. **UOL Notícias**, [S. l.], 3 mar. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3ITvLVR>. Acesso em: 3 mar. 2022.

<sup>23</sup> Trecho da música *Pedrada*, de Chico César.

branca, que vê pobres, trabalhadores, ciganos, judeus, negros, homossexuais e diversas raças e etnias como raças inferiores, acentuando assim a polarização entre classe e raça, gênero, geração e cultura, entre outras categorias analíticas.

Nesse limiar, as mídias e a pesquisas, com seus dados e números, têm apontado que a ascensão da extrema direita e a vitória do presidente Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 estão intimamente relacionadas ao avanço do neonazismo no Brasil, conforme matéria veiculada no Jornal Brasil de Fato. Sob a tutela do bolsonarismo e inspirados na ideologia nazista, esses grupos pregam o negacionismo do Holocausto, da ciência, do meio ambiente e da Ditadura Militar no Brasil, entre outros negacionismos, de acordo com os estudos da antropóloga Adriana Dias.<sup>24</sup> No Brasil, há mais de 530 células, concentradas, predominantemente no Sul e no Sudeste do país, que somam aproximadamente 10 mil pessoas. São extremistas que levam a cabo, por meio da internet, os crimes de apologia ao nazismo, que, amalgamado com a ideologia de ultradireita, cresce vertiginosamente no Brasil e em todo mundo, principalmente na Europa, por meio da veiculação da estética, das manifestações, dos discursos e dos conteúdos de caráter neonazista. Em especial no estado de Santa Catarina, onde parte da antiga geração de migrante alemães teima em apagar a história.<sup>25</sup>

Essa onda nazifascista é manifestada pelo próprio antipresidente e seus seguidores, por meio de discursos e práticas de ódio contra classe, gênero, raça/etnia, geração, cultura e outras categorias ontológicas e sociológicas. Um exemplo disso é a forma como sempre acenou para seus apoiadores mais radicalizados, utilizando-se de símbolos ligados ao pensamento neonazista e ao sanguinário e genocida Hitler. Ademais, esses símbolos nazistas foram veiculados publicamente nas redes sociais por membros do governo e bolsonaristas em geral. Vale evidenciar que o nazifascismo é a base do governo Bolsonaro, o qual se apoia no falso argumento da “liberdade de expressão” para justificar suas ideias, seus crimes e seus genocídios (atrocidades).

O fascismo brasileiro do governo Bolsonaro, assim como o Integralismo, possui semelhanças com as ideias do profascismo e do nazismo, que, por sua vez, possuem semelhanças entre si. Essas práticas defendidas pela extrema-direita brasileira profascista, em tese, trocam a violência aberta, característica dos seguidores de Hitler e Mussolini (despotismo, violência, censura, governo antidemocrático, autocrático e ditatorial), por uma retórica agressiva, mas que é inseparável da anterior, além de se utilizarem do carisma do líder – do ‘mito’, no caso do bolsonarismo. Bolsonaro se utiliza dessa retórica (“fuzilar os petralhas”) no âmbito das ações institucionais, jogando com a dubiedade, no intuito de manter a fidelidade de seus militantes e, concomitantemente, assegurar apoio político para governar. Ou seja, no lugar de atuar com a violência explícita, os profascistas de diferentes perfis optam por praticar microviolências não assumidas.<sup>26</sup>

A extrema direita bolsonarista se constitui de alguns elementos do fascismo e do nazismo; dispõe de milícias organizadas, como os fascistas, e conta com uma espécie de milícia virtual, que atua por meio do *marketing* religioso (neopentecostais) e político das *fake news*, com o intuito de manipular os desejos e as carências de incautos nas redes sociais. Esses nazifascistas não dispõem explicitamente, como Gobbels na Alemanha, da máquina estatal para divulgar inverdades. Em contrapartida, utiliza o mesmo método do dirigente nazista e dos fascistas: a propagação massiva de mentiras sob a forma de *fake news*, repetidas exaustivamente até se transformarem em verdades, como

<sup>24</sup> PACELLO, Isadora. Vínculo de Bolsonaro com neonazismo é claro e concreto, diz professora que achou carta em site. **Brasil de Fato**, [S. l.], 17 ago. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/34nnBWM>. Acesso em: 20 jan. 2021.

<sup>25</sup> FÁVERI, Marlene de. Nazismo em Santa Catarina: a história que o “opa” quer esquecer. **Revista História Catarina**, Lages, n. 1, p. 3-4, 2014.

<sup>26</sup> LYRA, Rubens Pinto. Fascismo e profascismo: diferenças e semelhanças. **Blog do Rubão**, [S. l.], 16 jan. 2020. Disponível em: <https://www.rubensnobrega.com.br>. Acesso em: 2 mar. 2022.

ocorreu, por exemplo, nas últimas eleições presidenciais, com a difamação dos opositores. A ideologia profascista odeia o pluralismo na política, na cultura e na literatura. Ao fim e ao cabo, o profascista é um conservador dos valores tradicionais, do ideário militar e do machismo. Ademais, transfere sua vontade de poder para questões sexuais, o que implica o desdém e a violência contra as mulheres (misoginia), o ódio de classe, o racismo e o ataque à comunidade LGBTQIA+<sup>27</sup> e a quaisquer hábitos sexuais não conformistas.<sup>28</sup>

O tema é polêmico e necessário, principalmente porque o nazismo, para a maior parte da população, durante décadas, constituiu-se em matéria, ainda que de modo superficial, para aulas de História ou enredos de cinema. A volta deste debate à imprensa pegou de surpresa boa parte do país, mas não quem estava atento às evidências dos discursos e das práticas de ódio desse governo genocida. Essas reflexões são de suma importância, pois é impossível admitir que um regime que matou milhões de pessoas na Alemanha possa pautar, nos dias de hoje, a política do autoritarismo, do ódio, do genocídio e de tantas outras atrocidades.

Essas evidências podem ser percebidas à medida que a mídia e os pesquisadores da academia trazem dados concretos sobre o aumento de grupos neonazistas e a banalização de gestos e discursos de cunho fascista ou nazista por parte de membros do governo Bolsonaro, provas irrefutáveis da admiração que grupos neonazistas já nutriam pelo presidente (então deputado) há quase 20 anos. Nesse sentido, a pesquisadora e antropóloga Adriana Dias dedica seus esforços, desde a graduação até o doutorado, à investigação do universo perverso dos *sites* neonazistas no Brasil. Ela vem acompanhando o crescimento frenético das páginas *online* (que sempre denuncia após fazer uma cópia do conteúdo). Essa estudiosa, recentemente, descobriu dados que indicam relações imbricadas do governo Bolsonaro com grupos nazistas. Trata-se de *banners* de uma página neonazista com *link* para o *site* oficial de Jair Bolsonaro. Nesse *link*, segundo a pesquisadora, há uma carta do próprio Bolsonaro, já em 2004, agradecendo o apoio dos internautas que acessavam seu *site*, na qual afirma que eles eram “a razão da existência” de seu mandato.<sup>29</sup>

Todo esse quadro, que vem aparecendo nas ideias e práticas desse desgoverno, pode ser melhor visualizado nos seguintes episódios públicos protagonizados pela equipe do governo: Bolsonaro já elogiou as qualidades de Hitler, fez foto com um sócia do *führer* e afirmou que o Holocausto poderia ser perdoado; seu ex-secretário especial da Cultura reproduziu em um vídeo, no início de 2020, falas, ambientação, gestualidades e postura *copiadas* do político nazista Joseph Goebbels; seu assessor especial, Filipe Martins, foi réu por fazer um gesto de *white power* em uma sessão do Senado; Bolsonaro e vários membros de seu governo receberam *sorridentes* a deputada alemã Beatrix von Storch, do partido de extrema direita Alternativa para a Alemanha, neta do ministro das Finanças de Hitler, que liderou os confiscos dos bens dos judeus enviados para os campos de concentração e extermínio durante a ditadura do Partido Nazista.

Ademais, numa *live*, o presidente, o secretário da Agricultura e Pesca e o presidente da Caixa Econômica Federal apareceram tomando leite puro, um gesto comum entre supremacistas brancos. Como se pode inferir, desde o início do governo Bolsonaro, há indícios concretos de relações do bolsonarismo com a ideologia nazista, fato este que indica o recrudescimento desse ideário totalitarista na atualidade. Vivemos, em suma, tempos de ódio, especialmente às vésperas de uma eleição, mas também tempos de desafios multifacetados, de luta de classes, de luta antirracista, de gênero, de luta em prol do marxismo cultural, dentre outras estratégias da unidade das lutas por

<sup>27</sup> Acrônimo para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexo e Assexuais.

<sup>28</sup> LYRA, *op. cit.*

<sup>29</sup> PACHECO, Isadora. Vínculo de Bolsonaro com neonazismo é claro e concreto, diz professora que achou carta em site. **Brasil de Fato**, [S. l.], 17 ago. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/34nnBWM>. Acesso em: 20 jan. 2021.

emancipação e contra o fascismo neoliberal. Diante de toda essa onda anticivilizatória engendrada por uma parcela dos políticos bolsonaristas, fascistas e neoliberais, é preciso continuar investigando e denunciando os movimentos do neonazismo e o quão intrincado o discurso supremacista, racista, misógino, homofóbico e capacitista de Hitler está no governo que comanda o Brasil hoje. Entender isso é crucial para que a população veja o risco que essa gente representa para o presente e o futuro da política brasileira.

Em torno das aproximações entre nazifascismo e neoliberalismo, vale trazer para o debate algumas ideias do nosso saudoso sociólogo Otávio Ianni, que são de profunda relevância na atualidade:

Sob o neoliberalismo, recriam-se as condições e os ingredientes do nazifascismo. A despeito de se apresentarem como guardiães e arautos da democracia, afirmam e reafirmam o predomínio da economia, produtividade, competitividade, lucratividade e racionalidade instrumental. Identificam cartão de crédito e consumismo com cidadania, concentração do capital com progresso, multiplicação de corporações com cosmopolitismo, desterritorialização das forças produtivas com ocidentalização do mundo, Disneylândia global com o fim da história. É evidente o predomínio da lógica do capital em praticamente todas as esferas da vida social. Sob vários aspectos, o neoliberalismo implica a crescente administração das atividades e ideias de indivíduos e coletividades. Algo que se desenvolve com o fascismo e o nazismo, nas décadas de vinte, trinta e quarenta, continua a desenvolver-se no curso da Guerra Fria e subsiste depois desta. De modo difuso ou organizado, incipiente ou evidente, são diversos os ingredientes nazifascistas presentes no jogo das forças sociais que se desenvolvem com a globalização neoliberal, pelo alto.<sup>30</sup>

\*\*\*

### “Vai passar”: as desigualdades sociais, o desemprego, o subemprego e a fome

[...] Vai trabalhar, vagabundo  
Vai trabalhar, criatura  
[...] Não perde mais um minuto  
[...] Vai caducar  
Vai te enforcar  
Vai te entregar  
Vai te estragar  
Vai trabalhar<sup>31</sup>

O mundo do trabalho, não só nesses tempos de crise sanitária, econômica e política, mas desde sempre, pode ser visto nas dimensões estrutural, econômica, social, política e cultural. No neoliberalismo, as destruições do mundo do trabalho têm como cerne ontológico, político-econômico e ideológico o aniquilamento dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Todo esse imbróglcio laboral é caudatário das crises cíclicas e estruturais do capital, como vínhamos destacando nos nossos editoriais. Vale lembrar que, enquanto centralidade do ser social, o trabalho é a forma de que o indivíduo dispõe para formar-se e desenvolver-se como ser genérico, pela dialética entre apropriação da atividade objetivada do mundo da cultura, e ainda por tudo aquilo produz em termos materiais e

<sup>30</sup> IANNI, Otávio. **Dossiê Neoliberalismo e nazifascismo**. Campinas: Unicamp, [1998?], p. 112. Disponível em: <https://bit.ly/3txTSCW>. Acesso em: 2 mar. 2022.

<sup>31</sup> Trecho da música *Vai trabalhar, vagabundo*, de Chico Buarque de Holanda.

não materiais, que, em última instância, é a objetivação da individualidade, por meio da atividade vital laboral.

Estamos nos referindo não à aparência, mas a essência do trabalho no momento atual de crise. Trata-se do trabalho alienado e abstrato, e não do trabalho concreto, isto é, daquele trabalho que é dirigido conscientemente para fins determinados, elaborado pelo intelecto e pela imaginação humana, enfim, um ato de liberdade e criação do homem, e não para reproduzir a vida cotidiana de forma mecânica, alienada e opressora (trabalho abstrato). Portanto, não se trata do trabalho alienado, que representa a essência subjetiva da propriedade privada e da contradição do trabalho abstrato, que, por sua vez, é pura e simplesmente quantitativo, a substância e a grandeza do valor e produz mais-valia (valor excedente) para o capital do trabalho útil. Em contrapartida, o trabalho concreto é qualitativo e cria valores de uso necessários para que os seres humanos satisfaçam socialmente as suas necessidades físicas e espirituais.<sup>32</sup>

Nessa linha de pensamento, Ricardo Antunes aventou a hipótese de que “a expansão do trabalho uberizado nos levará à escravidão digital”, tema amplamente problematizado em seu livro *O privilégio da servidão digital*.<sup>33</sup> O autor, articulando suas ideias às de Meszáros, afirma que o sistema sociometabólico do capital não tem limites para a expansão de sua lógica e prática, uma vez que acaba se convertendo numa processualidade incontrolável e profundamente destrutiva. Esse fato é visível na acumulação de capital e na ganância dos super-ricos. Esse aumento da acumulação primitiva de capital, sobretudo durante a pandemia, terminou por acirrar as desigualdades de classe (desigualdades de renda, desigualdades educacionais, desigualdades laborais, entre outras), cada vez mais abissais.

Um exemplo disso é que esse sistema de metabolismo antissocial, sobretudo durante a pandemia, avançou junto com o vírus, aproveitando a onda de grande circulação de mercadorias. Ao se expandir, destrói a natureza, a humanidade e os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras em escala planetária. Estamos vendo que, no Brasil, hoje, há 14 milhões de desempregados e mais 6 milhões de desalentados, ou seja, já podemos contabilizar 20 milhões de homens e mulheres sem trabalho, desempregados. Dados do Dieese e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PnadC/IBGE), mostraram queda de 6,6 milhões no contingente de ocupados, além de aumento do total de desempregados de 12,9 milhões para 14,8 milhões. O número de pessoas fora da força de trabalho atingiu 9,2 milhões de pessoas a mais do que no 1º trimestre de 2021.<sup>34</sup>

Além do mais, a crise pandêmica é uma expressão do sistema antissocial do capital, que se alastra pelo mundo afora, é a consequência de um modo de vida que gera inúmeros excluídos em todo o mundo e que está ameaçando o futuro da humanidade, dada a emergência climática. Grosso modo, trata-se de um sistema de metabolismo social que destrói a natureza, o trabalho e a humanidade, resultante de um movimento que não visa à equação das necessidades humanas ou sociais, mas tão somente a sua autovalorização.<sup>35</sup>

Quando estão em análise as tensões entre capital e trabalho, que se materializam nas políticas precárias de emprego e renda do governo Bolsonaro, as quais já vinham se agravando no governo golpista do Temer, é de bom alvitre refletir sobre o atual “privilégio da servidão do trabalho” no neoliberalismo. Urge ressaltar que o privilégio da servidão tem a ver com o ‘espírito do tempo’ e a

<sup>32</sup> MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Nova Cultural: 1985a. Volume I, Livro Primeiro, Tomo I.

<sup>33</sup> ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo, 2018, p. 117.

<sup>34</sup> Disponível em: <https://www.dieese.org.br>. Acesso em: 2 mar. 2022.

<sup>35</sup> ANTUNES, *op. cit.*

lógica do capital, já que estamos irremediavelmente inseridos no mundo do trabalho global (novo proletariado de serviços na era digital) de forma fragmentada, precária e perversa, ou seja, no mundo do trabalho duro e flexível,<sup>36</sup> que precariza, adoce e mata, de acordo com os reclamos dos trabalhadores e das trabalhadoras num trecho da música *Bom tempo*, de Chico Buarque: “[...] Ando cansado da lida, preocupada/Corrida, surrada, batida/Dos dias meus”.

O trabalho é, portanto, um processo de formação desumana, cuja repercussão é a perda dos poderes e direitos por parte da classe trabalhadora empobrecida, que outrora vivia do trabalho, e hoje não vive mais, pois está imersa na sociedade do trabalho flexível. Todo esse processo forja uma verdadeira ‘sociedade de escravos’, à qual só a escravidão moderna confere esse estatuto, conforme nos adverte Viviane Forrester.<sup>37</sup> Esses trabalhadores, verdadeiros escravos modernos, não estão excluídos das novas morfologias do trabalho, mas sim perversa e precariamente incluídos, até a medula, no mundo da precarização, conforme já aludido nas sessões temáticas ‘Mundo do Trabalho I e II’ desta revista.

Estamos vivendo a chamada ‘uberização do trabalho’, um processo de sequência às inúmeras transformações do mundo do trabalho (Uber, *fast food*), que ganha destaque, principalmente em tempos de pandemia, como uma lógica laboral que não se restringe aos entregadores de aplicativos, pois também alcança as diversas profissões do setor de serviços (médicos, engenheiros, empregadas domésticas, jornalistas, professores). Na verdade, o trabalho uberizado ganhou destaque e se esparramou por todos os setores (Educação Física e Esportes, etc.) a partir da aprovação da Reforma Trabalhista, instituída no governo golpista de Michel Temer, que aprovou o trabalho intermitente, sacramentando assim entrada do Brasil no capitalismo digital.

### *E a fome “vai passar”?*

Decorrente do que se sucede no mundo do trabalho, podemos visualizar concretamente uma radiografia das desigualdades sociais (de renda, educacionais, laborais, de oportunidade, subemprego e uberização do trabalho), principalmente nos últimos quatro anos do governo Bolsonaro. O Brasil voltou ao mapa da fome e a insegurança alimentar quase dobrou, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a ONU e a Organização Mundial de Saúde (OMS). Entre 2018 e 2020, tivemos 7,5 milhões de brasileiros famintos, ao passo que entre 2014 e 2016 esse número foi bem mais modesto. O que vemos em curso é um projeto neoliberal cruel de ódio de classe. Nesse sentido, o teto de gastos públicos prejudica os investimentos em áreas básicas (educação, saúde, trabalho), pois promove uma redução brutal do orçamento. Tudo isso é uma catástrofe, já que o ajuste fiscal congelou salários e investimentos por vinte anos.

Está um curso um verdadeiro desmonte da rede de proteção social e combate à pobreza. Somem-se a todo esse quadro perverso de ‘terra arrasada’ as Reformas da Previdência e Trabalhista, bem como a extinção dos programas de combate à fome e das políticas públicas de acesso à renda. Nesse sentido, aumentou o número de pessoas na extrema pobreza e, contraditoriamente, o número de bilionários. O aumento de pessoas na extrema pobreza, principalmente nas médias e grandes cidades (populações de rua), tem sido exponencial, segundo dados do Cadastro Único para programas sociais (CadÚnico). Assim, já em março de 2020, início da pandemia no Brasil, havia cerca de 13,5

<sup>36</sup> BERNARDO, Marcia Hespagnol. **Trabalho duro, discurso flexível**: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência dos trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

<sup>37</sup> FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: EdUnesp, 1997.

milhões de pessoas nessa condição, contingente que, em março de 2021, foi acrescido de mais 784 mil pessoas, o que representa um crescimento de 5,8%.<sup>38</sup>

Toda essa problemática do mundo do trabalho e das desigualdades de classe pode ser vista nas imagens de pobreza que passaram a fazer parte do nosso cotidiano, principalmente nas grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte e outras, onde se vê uma horda de mulheres e homens, jovens, adultos e idosos, até mesmo famílias inteiras, relegada ao abandono e à desassistência por parte do Estado.

No cotidiano, é possível ver famílias com crianças de colo vivendo ao relento, no máximo em barracas de *camping*, substitutas de suas casas ‘perdidas’, ainda mais agora, durante a pandemia. Nesse contexto, crescem as populações de rua, sem casa, sem eira nem beira. A ausência de políticas de moradia faz com que milhões de pessoas ainda vivam, de forma insalubre, em palafitas e favelas. Tal constatação demonstra na prática que as populações em situação de rua aumentaram consideravelmente durante a pandemia.

Essa grave situação de empobrecimento dos trabalhadores e das trabalhadoras pode ser analisada a partir de dados. Por exemplo, segundo estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entre fevereiro e março do ano passado, momento de eclosão da pandemia, 221 mil pessoas viviam em situação de rua. Na verdade, é uma verdadeira catástrofe humanitária, que faz com que nós, educadores, que lidamos com a cultura corporal, reflitamos sobre a necessidade de as políticas de Educação Física, Esportes e Lazer dialogarem, de maneira teórico-prática e teórico-metodológica, com ações, projetos, programas e pesquisas que levem em conta as questões sociais, políticas, econômicas, sanitárias, educacionais, ambientais, entre outras, que, de maneira insofismável, deveriam ser o eixo ontológico, pedagógico e ético-político das políticas públicas e sociais.

São muitos os dramas, as dificuldades e as privações por que passam as populações de rua, a saber: obstáculos no acesso à alimentação, precárias condições de saúde, higiene e privação dos mais diversos direitos humanos, o que torna esse contingente populacional, tão heterogêneo, cada vez mais vulnerável, invisibilizado e excluído da sociedade. Como afirma Eduardo Galeano no *Livro dos Abraços*,<sup>39</sup> são “[...] os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada. [...] os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata”; ou ainda Manoel de Barros: “[...] O ser que nessa sociedade é chutado como uma barata – cresce de importância para o meu olho”.<sup>40</sup>

\*\*\*

### *A destruição do meio ambiente “vai passar”?*

[...] Visando o progresso que ao crescer. E a nossa floresta desaparecer  
A vida do homem em destruição. O fogo a andar pelo chão. Em tuas raízes a  
chamas raízes a chama consome o teu coração. Queimada Floresta. Tudo  
nos resta. Floresta vermelha. E o ódio que corre no teu sangue azul.<sup>41</sup>

<sup>38</sup> DIEESE. Desigualdades Sociais e Econômicas aprofundam. **Boletim Conjuntura**, São Paulo, n. 29, jun./jul. 2021. Disponível em: <http://www.necap.ufsc.br>. Acesso em: 2 mar. 2022.

<sup>39</sup> GALEANO, Eduardo. **O Livro dos Abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 36.

<sup>40</sup> BARROS, Manoel. **Retrato do artista enquanto coisa**. Poesia Completa. São Paulo, 1998, 2011, p. 334.

<sup>41</sup> Trecho da música *Queimada Floresta – Amazônica*, de Carlos Neto, Luís Marinho e Fabiano Martins.

No que tange às políticas de meio ambiente, como prega o próprio governo Bolsonaro, orgulhoso de suas devastações na Amazônia e no Pantanal, “a boiada avança sem pedir licença”, embora tenhamos que considerar que há também um caráter universal de destruição da natureza em todo o mundo, fato que se origina das políticas ambientais destrutivas, principalmente nos países ricos, os maiores emissores dos gases letais, que geram o efeito estufa, provocando desertificação, mudanças climáticas e aquecimento global, sem contar a morte de populações indígenas e quilombolas, de biomas, de milhares de animais silvestres e árvores nativas seculares.

A situação do meio ambiente no Brasil, nos últimos quatro anos, vem sendo direta e indiretamente gerida por políticas públicas centradas no negacionismo ambiental, que implica negligência, incompetência e, principalmente, mercantilização das nossas riquezas ambientais. Essas políticas têm sido as responsáveis pelo aumento de 51% do desmatamento da Amazônia no interregno de 12 meses e pela degradação do Cerrado, onde mais de 80% da vegetação nativa foi, de algum modo, atingida pela plantação de soja (PL nº 1.057/2007 – Combate a práticas tradicionais nocivas e proteção dos direitos fundamentais de crianças indígenas e de outras sociedades ditas não tradicionais; PLC nº 119/2015 – Estatuto do Índio; PL nº 3.729/2004 – Licenciamento ambiental: confere padronização aos processos de licenciamento e estabelece ritos simplificados; PL nº 5.518/2020 – Concessões florestais: confere maior celeridade ao processo licitatório, flexibilidade aos contratos e atratividade ao modelo de negócio; PL nº 191/2020 – Mineração em terras indígenas: regulamenta a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas). Esses PLs não só põem em risco os biomas mas também favorecem grileiros, garimpeiros, desmatadores, biopiratas, contrabandistas de madeira e outros, afetando assim os povos tradicionais. Com efeito, esses territórios têm sido historicamente invadidos por posseiros, garimpeiros e madeireiros, que desenvolvem atividades predatórias e impactam drasticamente o meio ambiente, colocando as populações indígenas e quilombolas em situação de vulnerabilidade.

Toda essa sanha destrutiva contra o nosso patrimônio ambiental se sustenta na visão equivocada e genocida do governo Bolsonaro, que se baseia na ideia de que o crescimento econômico, principalmente na Amazônia, pressupõe a substituição de áreas florestais por atividades agropecuárias tradicionais, como o cultivo da soja e a criação de gado. Essa postura destrutiva da floresta, além de privar o Brasil e o mundo dos serviços ecossistêmicos indispensáveis à própria vida, reduz os territórios de populações indígenas e ribeirinhas.

Esse processo se assenta no desenvolvimento de práticas ilegais, frequentemente comandadas pelo banditismo, que têm consequências desastrosas para a economia regional e nacional. Todo esse processo destrutivo começou a avançar em 2016, com Temer e sua subida golpista ao poder, agravando-se a partir de 2019, com a posse de Bolsonaro. Principalmente as queimadas da Amazônia e o incentivo aos garimpos ilegais trouxeram consequências para o Brasil e para o mundo. Em vista disso, ao invés dos laços de confiança que poderiam emergir como alternativa sustentável se a floresta estivesse em pé, o atual modelo bolsonarista de ocupação da Amazônia fortalece a criminalidade e incita a insegurança. Em contrapartida, vale dizer que as políticas ambientais de comando, vigilância e controle, além da pesquisa, são de suma importância, pois visam interromper o ciclo de violência e destruição contra o patrimônio ambiental da Amazônia e do Pantanal. Além disso, o governo terminou por flexibilizar as políticas do uso de agrotóxico.<sup>42</sup> Um exemplo disso é o papel que cumpre uma instituição perseguida por Bolsonaro: o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O papel do Inpe é realizar ações e projetos de pesquisa, desenvolvimento e aplicações nos campos de sensoriamento remoto e processamento de imagens digitais. Desenvolve pesquisas e atividades nos

<sup>42</sup> ABRAMOWAY, Ricardo. **Amazônia**: por uma economia do conhecimento da natureza. São Paulo: Elefante, 2019, p. 11.

campos das Ciências Meteorológicas, da Meteorologia por Satélites, da Previsão de Tempo e da Climatologia.<sup>43</sup>

Uma prova dessas destruições supramencionadas é o lançamento do programa de apoio à ‘mineração artesanal’, lançado por Bolsonaro ainda neste mês de fevereiro, cujo foco é o bioma amazônico. O programa facilita procedimentos de outorga minerária e, nesse sentido, com alguns de seus decretos, dá o beneplácito à atividade de garimpo em todo o território nacional, principalmente na Amazônia. Programas desse tipo facilitam a outorga de empreendimentos de mineração de pequeno porte, embora os decretos tenham gerado fortes reações contrárias por parte de ambientalistas e especialistas. Um exemplo concreto dessa situação é a aprovação de uma rodovia chamada ‘Ferrozão’, que irá derrubar árvores ancestrais e destruir diversas aldeias; tudo isso com o patrocínio de empresas multinacionais como a Bunge, a ADM e a Cargill.<sup>44</sup>

\*\*\*

Em tempo, também fazemos uma homenagem-manifesto em favor do jovem congolês Möise Mugenyi Kakambe, morto brutalmente a pauladas no quiosque ‘Tropicália’, do Posto 8 da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro<sup>45</sup>. Möises fugiu das guerras civis e da fome no Congo, buscando abrigo no Brasil na condição de refugiado. Ele foi vítima do racismo estrutural de caráter nazifascista que assola o Brasil e que faz vítimas nas periferias das cidades, onde vivem majoritariamente os trabalhadores e as trabalhadoras negros e negras. A Motrivivência se soma aos movimentos sociais e sindicais nas lutas antirracistas, em quaisquer espaços, sobretudo nas quadras, nos ginásios de esporte, nas academias, nas piscinas e nas pistas de ciclismo.

Também gostaríamos de homenagear a memória dos quase 700 mil mortos pela Covid-19, vítimas do negacionismo científico e do descaso do desgoverno coveiro de Bolsonaro. Ao mesmo tempo, saudamos os trabalhadores e as trabalhadoras do SUS, que, apesar da negligência e da omissão do governo, conseguiram salvar muitas vidas. E, na esteira dessas homenagens póstumas, prestamos nossas condolências a dois grandes artistas e militantes brasileiros anticapitalistas que se foram em 2021, mas que deixaram rastros e ecos poéticos de luta e indignação: nossa cantora-militante antirracista Elza Soares, ao bradar que “a carne mais barata do mercado é a carne negra”, e o nosso grande poeta Thiago de Melo, com sua metáfora utópica e de resistência ativa: “faz escuro, mas eu canto”.

Por último, gostaríamos de homenagear as vítimas, militares e civis, dessa insensata e inadmissível guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Essa guerra é uma guerra ‘local’, mas retrata a crise mundial do capital. No limite, trata-se de uma guerra para reconfigurar a política internacional no âmbito da crise do capital decadente, segundo Osvaldo Coggiola.<sup>46</sup> Diz respeito a uma disputa entre impérios (EEUU, Rússia e EUA/Otan), visando à apropriação das riquezas das nações alheias, guerra na qual muitas vidas humanas estão em jogo e que trará consequências para a toda a humanidade. Pelo que pudemos perceber, ainda de maneira superficial, as guerras no capitalismo trazem em seu bojo uma dimensão geopolítica marcada pelos interesses econômicos (e Guerra Fria) dos Estados Unidos e da antiga União Soviética. Os poderes das nações envolvidas, por trás de seus sistemas,

---

<sup>43</sup> Disponível em: <https://www.impe.br>. Acesso em: 20 mar. 2022.

<sup>44</sup> Disponível em: <https://www.poder360.com.br>. Acesso em: 2 mar. 2022.

<sup>45</sup> Em nossa seção Homenagem, contamos com ilustração criada por Thais Trindade – Artivistha, cujos direitos de uso nos foi cedido generosamente pela artista (a imagem foi publicada no site do PCdoB, em <https://pcdob.org.br/noticias/parlamentares-do-pcdob-cobram-justica-por-moise-kabagambe/>).

<sup>46</sup> COGGIOLA, Osvaldo. Ucrânia: guerra “local” e crise mundial. **Viomundo**, [S. l.], 22 fev. 2022. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br>. Acesso em: 3 mar. 2022.

escondem a sanha por acumulação de capital, cujos lucros previstos são oriundos das bolsas de valores, dos bancos e das instituições financeiras internacionais, do complexo da indústria bélica, do *lobby* das armas, dos magnatas do petróleo e da energia, dos grandes consócios de biotecnologia e dos poderosos gigantes dos meios de comunicação, que são fabricantes das notícias e abertamente influenciam o curso dos acontecimentos mundiais, distorcendo escancaradamente a informação.<sup>47</sup>

As guerras aumentam a venda de armas, mobilizam a construção civil, a indústria, o comércio, os serviços e ainda eliminam os excedentes populacionais, reequilibrando a oferta. Além de tudo, propagam a péssima ideia pedagógica de ensinar a violência, o ódio, a ganância, o furto e a rapinagem em lugar do diálogo, da diplomacia, do respeito à soberania, da autonomia, da solidariedade e da harmonia entre os povos.

Ademais, é uma crise humanitária que põe em risco a integridade dos territórios e das populações mais vulneráveis e pobres, além de projetar uma nova ordem mundial, com consequências e riscos incomensuráveis, colocando milhares de refugiados na mais completa situação de risco, vulnerabilidade, fome e desalento.<sup>48</sup>

\*\*\*

**Ao fim e ao cabo: “Vai passar”, “ninguém larga a mão de ninguém”, mas “vamos renascer das cinzas com calor de mãos unidas”?**

Na edição de janeiro de 2021, encerramos o editorial incitando nossos leitores e leitoras a abraçar a arte como combate e a poesia como estratégia de luta: “Tenha fé no nosso povo, que ele resiste, tenha fé no nosso povo, que ele insiste [...]. Tenha fé no nosso povo, que ele acorda, tenha fé no nosso povo, que ele assusta”.<sup>49</sup> Também abordamos a necessidade de, nesses tempos obscuros, enfrentar os desafios e construir a resistência ativa, somada à esperança ativa; criar resistência ativa é criar focos de civilização em meio à barbárie. Para isso, é de suma importância, segundo Maria Rita Kehl,<sup>50</sup> usar a imaginação para inventar e reinventar caminhos, possibilidades e estratégias de enfrentamento, veladas e explícitas, a fim de enfrentar os idólatras do mal autorizados por Bolsonaro.<sup>51</sup>

### ***Agenda, utopias, desafios, tarefas, metas e questões de pesquisa para 2022***

Nesta edição de 2022, além de propor reflexões concretas para o agir político a partir de uma possível *agenda de utopias, tarefas, desafios, metas, dúvidas e questões de pesquisa* neste ano de lutas imprescindíveis, também deixamos algumas ideias e questionamentos como sugestões de estudo e aprofundamento para o nosso coletivo editorial e os nossos leitores e leitoras, visando encorajar as lutas de resistência e resiliência. São enfrentamentos políticos que, como veremos logo adiante,

<sup>47</sup> CHOSSUDOVSKY, Michel. **Guerra e Globalização**: antes e depois de 11 de setembro. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 19.

<sup>48</sup> FURLANI, Bruna. Como investir diante da invasão da Ucrânia? Para especialistas, carteira deve ter renda fixa, ouro, dólar e commodities. **Infomoney**, [S. l.], 23 fev. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3txTSCW>. Acesso em: 2 mar. 2022.

<sup>49</sup> Trecho da música *Credo*, de Milton Nascimento.

<sup>50</sup> LUCENA, Rodolfo; LUCENA, Eleonora de. É preciso criar focos de civilização em meio à barbárie. [Entrevista com Maria Rita Kehl]. **Brasil de Fato**, [S. l.], 7 fev. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3pJrjRM>. Acesso em: 2 mar. 2022.

<sup>51</sup> *Ibidem*.

constituem-se em desafios para lutas hercúleas e complexas, simultaneamente, contra o nazifascismo e o neoliberalismo (nazifascismo neoliberal) do governo Bolsonaro, a partir de poesias e letras de música veiculadas em edições passadas, que nos fazem “militantes da vida”, de acordo com o poema de Mário Benedetti *Porque cantamos*. Eis nossa proposta de agenda:

- Primeiramente, urge dizer que nosso principal objetivo é derrotar o genocida e antipresidente Bolsonaro nas eleições de 2022;
- Até as eleições, em outubro, nossa principal tarefa é de caráter ideológico, epistemológico, político, econômico, cultural e, portanto, teórico-prático e teórico-metodológico, fato este que nos incita a investigar sobre esses assuntos e, de forma individual e coletiva, responder a questões essenciais, tais como: que tipo de sociedade brasileira queremos construir – de direita, esquerda, centro-esquerda ou centro-direita? Queremos construir uma sociedade do capital, “para além do capital” ou uma “política radical de transição para o socialismo? Se for para além do capital, então outra pergunta desponta: enquanto esquerda que se reconhece anticapitalista (para além do capital), cometeremos os mesmos erros do passado, ou seja, repetiremos alianças e práticas políticas questionáveis com a velha burguesia da política brasileira? Essas coalizões e alianças, ou conciliações de interesses e de classes, que na prática política se traduzem em Parcerias Público-Privadas (PPP) (nas universidades e em diversos níveis de ensino), serão possíveis nas sociedades capitalistas, conforme os estudos de Armando Boito Júnior?;<sup>52</sup>
- Há evidência de que os interesses econômicos não se coadunam com as demandas e conflitos de classe, então vamos voltar a fazer alianças que culminam em pactos político-econômicos, que, na prática, repercutem nas políticas públicas e sociais gestadas a partir das PPPs?;<sup>53</sup>
- Com essas alianças, teremos condições de tornar coletiva a propriedade privada (propriedade das terras, dos bancos, das fábricas e das grandes empresas nacionais e multinacionais), teremos condições de acabar com as destruições da natureza promovidas pelo capital e, ademais, conseguiremos colocar os recursos naturais e a riqueza do Brasil a serviço efetivamente da população, garantindo vida digna, e não a mais-valia entregue de bandeja às multinacionais, aos banqueiros e aos grandes empresários detentores das maiores fortunas do Brasil e do mundo? Em síntese, a pergunta que fica é: como poderá um governo que faz certo tipo de aliança de interesse junto aos banqueiros e grandes empresários nacionais e multinacionais promover todos esses tipos de mudanças essenciais para a construção de uma cidadania não alienada para os trabalhadores e as trabalhadoras?;
- Lutar contra todas as formas de discriminação, opressão e repressão violenta do capitalismo, no bojo da luta maior contra o capital e suas contradições fundamentais (valor de uso e valor de troca, o valor social do trabalho e sua representação pelo dinheiro, propriedade privada e Estado capitalista, apropriação privada e riqueza comum, capital como processo ou como coisa, e a unidade contraditória entre produção e realização). Além do mais, inspirar-se em algumas diretrizes, derivadas das ‘17 contradições’, propostas a partir das *Ideias para a Prática política*, de David Harvey,<sup>54</sup> visando identificar e desconstruir as contradições advindas do fascismo neoliberal, com resistência e esperança ativas e animar a prática política com método, coragem e proposições concretas de superação;
- Em linhas gerais, a agenda deve conter: os fundamentos ontológicos e políticos da formação humana à luz da formação anticapitalista, em todos espaços educativos formais; o fortalecimento

<sup>52</sup> BOITO, Armando Jr. **Cena política e interesses de classe na sociedade capitalista**. Campinas: Unicamp, [199-?]. Disponível em: <https://bit.ly/3sSvWLA>. Acesso em: 2 mar. 2022.

<sup>53</sup> *Ibidem*.

<sup>54</sup> HARVEY, David. **17 Contradições e o fim do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 271.

das lutas sindicais, que exigem a revogação da Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência, bem como a reestatização de todo o patrimônio público que já foi privatizado; assegurar salário-mínimo digno; redução das jornadas de trabalho e garantia de trabalho para todos e todas, pondo fim ao processo de ‘uberização’; suspender o pagamento da dívida pública aos bancos, para que assim haja recursos para atender às reais demandas e necessidades da população, no que tange às políticas de saúde, educação, moradia e transporte; pôr fim à perseguição e acabar com a violência e o genocídio contra os povos indígenas, camponeses e quilombolas; acabar com a destruição do meio ambiente, que favorece os grandes empresários do agronegócio, da mineração e da energia; realizar reforma agrária ‘já’, a fim de assegurar o direito à terra e condições de produção da vida para os camponeses empobrecidos; acabar com o verdadeiro genocídio praticado pela polícia contra a juventude empobrecida e negra das periferias das médias e grandes cidade; desmilitarizar a PM e os colégios civis anteriormente militarizados pelo governo de Bolsonaro; nessa mesma direção, é imperativo acabar com a militarização do serviço público, devolvendo os militares para a caserna; revogar medidas provisórias e PLs que desrespeitaram a autonomia das universidades; pôr para fora todos interventores-gados de Bolsonaro que ocuparam ilegalmente as reitorias das universidades e Institutos Federais; articular as lutas de classes com as lutas antirracistas;

- Intensificar as lutas, pesquisas e metodologias antirracistas, da graduação à pós-graduação, trazendo para o debate os intelectuais negros e negras do Brasil (Abdias Nascimento, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Florestan Fernandes, Silvio Almeida), da América Latina e da África;
- Cessar as destruições e os desmontes das instituições e políticas públicas e sociais de ciência & tecnologia e educação (em especial as universidades públicas); podar pela raiz os cortes orçamentários, as restrições de bolsas de estudo, os congelamentos de salários, as perdas de pessoal qualificado, os fechamentos de unidades e os encerramentos de pesquisas, conforme denunciemos no editorial da edição passada; acabar de vez com a privatização das universidades públicas e dos Institutos Federais, que, em nome da democratização do ensino nas universidades e em todos os níveis de ensino, terminou constituindo mercado, sobretudo durante a pandemia, para a comercialização do Ensino Remoto (EAD), por meio das seguintes empresas: Kroton, Estácio de Sá, Unip, Laureate, Uninove, Cruzeiro do Sul, Ânima, Ser Educacional, Unicesumar, entre outras. Essas empresas são propriedade dos magnatas representantes da propriedade privada. Esse processo de aparente democratização do ensino tornou-se “uma janela de oportunidades para o capital educador”, conforme Olinda Evangelista,<sup>55</sup> que é constituído pelos representantes dos bancos, das organizações financeiras e dos supostos setores modernos e internacionalizados, tendo como parceiros o agronegócio exportador e os atacadistas;
- Nessa mesma direção, desconstruir o Future-se e o respectivo ataque às instituições federais de educação superior, que culminou na destruição da autonomia e, conseqüentemente, na prática antidemocrática de intervenção no interior dessas instituições. Intrinsecamente ligado a isso, é preciso devolver a autonomia universitária para as eleições internas das universidades, garantindo a lista tríplice e acabando com a intervenção de professores de viés ultraneoliberal e profascista<sup>56</sup> na escolha dos reitores das universidades e Institutos Federais.
- Lutar, estudar e construir conhecimento, simultaneamente, espelhados na obra de Florestan Fernandes, o “intelectual militante”<sup>57</sup> (intelectual orgânico) que nos deixou como legado a

<sup>55</sup> EVANGELISTA, Olinda; SOUZA, Artur Gomes. Pandemia! Janela de oportunidade para o capital educador. **Blog Contrapoder**, [S. l.], 15 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3tygwuW>. Acesso em: 2 mar. 2022.

<sup>56</sup> LEHR, Roberto. Guerra cultural e universidade pública: o future-se é a parte da estratégia de silenciamento. *In*: GIOLO, Jaime; LEHR, Roberto; SGUISSARD, Valdemar. **Future-se**: ataque à autonomia das instituições federais de Educação Superior e a sujeição do mercado. São Carlos: Diagrama, 2020. p. 107-149.

<sup>57</sup> DÍNCAO, Maria Angela. **O saber militante**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.

dimensão dos seus “saberes militantes”, as reflexões sobre o movimento negro e a questão indígena, entre outros temas;

- Formar grupos espontâneos e no interior dos movimentos sociais e sindicais para investigar as ações da ultradireita no Brasil e no mundo, principalmente na relação imbricada do nazifascismo com o neoliberalismo;
- Fortalecer os grupos já existentes e criar outros para estudar a esquerda no Brasil, visando compreender e construir possibilidades de unidade de esquerda em tempos tão sombrios e difíceis, mas não impossíveis de mudar. Portanto, o desafio seria construir espaços de utopia dialética e militante para o debate e o encontro dos movimentos sociais e sindicais com a comunidade, a fim de debater e propor, com base nas suas diferenças e similitudes, políticas públicas e sociais baseadas nas contradições das utopias liberais;<sup>58</sup>
- Lutar contra todos os diversos tipos de negacionismo (científico, ambiental, Ditadura, Holocausto entre outros), buscando argumentos para servir como base para a formação de crianças, jovens e adultos nas escolas e universidades, no âmbito da família e no círculo de amizades, isto é, *criando focos de civilização em meio à barbárie*, tal como proposto por Maria Rita Kehl no editorial da edição passada;

Finalmente, concluímos este editorial para a edição de 2022 com o mesmo ímpeto de luta que nos atordoa desde 2016, a partir da chegada ao poder do golpista Temer. Assim, encerramos com a seguinte síntese poética, que elogia a resistência ativa e inspira toda a construção do editorial com a ideia de luta coletiva e solidariedade:

No novo tempo, apesar dos perigos a gente se encontra cantando na praça, fazendo pirraça, pra sobreviver, pra sobreviver, pra sobreviver/Vamos renascer das cinzas, plantar de novo o arvoredo, bom calor nas mãos unidas nas mãos unidas.<sup>59</sup>

*Faz escuro, mas eu canto, porque amanhã vai chegar.*<sup>60</sup>

Desamarrem os laços – diga coisas pela resistência.<sup>61</sup>

*Um marinheiro me contou que a boa brisa lhe soprou, que vem aí bom tempo.*<sup>62</sup>

Nada a temer senão o correr da luta.<sup>63</sup>

*Vai passar, nessa avenida um samba popular, cada paralelepípedo da velha cidade, essa noite vai se arrepiar.*<sup>64</sup>

Vamos precisar de todo mundo – pra banir o mundo a opressão.<sup>65</sup>

<sup>58</sup> HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

<sup>59</sup> Trecho da música *Vamos renascer das cinzas*, de Martinho da Vila.

<sup>60</sup> Trecho da música *Faz escuro, mas eu canto*, de Tiago Melo.

<sup>61</sup> Trecho da música *Filhos de Ícaro*, de Zé Ramalho.

<sup>62</sup> Trecho da música *Bom tempo*, de Chico Buarque.

<sup>63</sup> Trecho da música *Eu, caçador de mim*, de Milton Nascimento.

<sup>64</sup> Trecho da música *Vai passar*, de Chico Buarque.

<sup>65</sup> Trecho da música *Sal da terra*, de Beto Guedes.

*[Em 2022] Eu quero é botar meu bloco na rua [contra a ultradireita, o nazifascismo neoliberal, a Ditadura, o Holocausto, o racismo estrutural, a GLBTQIA+fobia e todas as injustiças sociais].*<sup>66</sup>

Desejamos uma leitura crítica, poética e propositiva, assim como “um novo tempo, apesar dos perigos, apesar dos castigos”.

**FORA, BOLSONARO! Agora somos nós!**

Maurício Roberto da Silva  
Giovani De Lorenzi Pires  
Rogério Pereira  
(Editores)

---

<sup>66</sup> Trecho da música *Eu quero botar meu bloco na rua*, de Sérgio Sampaio.